

# **O ESPAÇO DA INFORMAÇÃO: dimensão de práticas, interpretações e sentidos**

## ***THE SPACE OF INFORMATION: dimension of practices, interpretations and meanings***

Sara Maria de Andrade Silva<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo traz a comento alguns aspectos da informação como elemento de reconhecida importância na sociedade contemporânea e breves reflexões sobre o seu conceito, produção e transferência. Aborda a definição de práticas informacionais e os campos onde se desenvolvem, caracterizando o jornal como um espaço informacional, como uma dimensão de práticas, interpretações e sentidos.

### **Palavra-chave**

### **INFORMAÇÃO**

### **A Necessidade de Conhecer e a Importância da Informação na Sociedade Contemporânea**

A questão da informação e do conhecimento enquanto atributos humanos fundamentais nos remete à Filosofia e mais particularmente ao próprio problema filosófico do conhecimento. A Filosofia não se dedica só ao conhecer, mas à própria indagação acerca do que é o conhecimento, constituindo-se como seu objeto de estudo.

O surgimento da Filosofia, segundo os filósofos gregos - Heráclito, Platão e Aristóteles - deu-se com a perplexidade, “*com a atitude de assombro do homem perante a natureza, em um crescendo de dúvidas, a começar pelas dificuldades mais aparentes*” (Reale, 1978, p. 6). A origem do pensamento filosófico, portanto, não seria a dúvida, a indagação, mas o próprio espanto: “*não é o perguntar o que inicia a ação do conhecimento: o assombroso é o que atrai o olhar, o que demanda nossa admiração. Nós, seres humanos somos capturados pelo assombro quando o admirável ‘nos submete a sua violência*” (Gómez, 1995, p. 258). E seria esse espanto, admiração e assombro diante das coisas, próprio do homem, que o motivaria a procurar respostas.

Inicialmente, a questão de como conhecer não era foco das reflexões filosóficas. Depois de passar por Platão e Aristóteles, foi com Descartes, no século XVII, que o conhecimento adquiriu estatuto de questão filosófica, inaugurando o racionalismo moderno – somente a razão é capaz de conhecer. Descartes propõe, no homem, uma separação: *res cogitans* (pensamento/mente) e *res extensa* (corpo); ou seja, a distinção

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba

entre corpo e mente, partes que não se comunicam, que não se interagem, enfim, duas dimensões constitutivas e separadas (dualismo psicofísico).

Para o filósofo, a mente é nossa instância fundamental, o que nos orienta e disciplina. A existência em Descartes é deduzida do pensamento e da razão – “*penso, logo existo*”. O conhecimento, por sua vez, teria seu primeiro momento na dúvida (a dúvida metódica, a dúvida como método). Assim, a dúvida metódica consistia na depuração do espírito, no eliminar de todo o conhecimento que nos havia sido introjetado, dos pré-conceitos, das verdades não questionadas e das opiniões. As sensações não eram por ele consideradas como formas de conhecimento, mas sim como elementos que nos conduziam ao erro.

A experiência sensível como modo de conhecer apenas é admitida depois, dando novo contorno à Filosofia. Com o empirismo, a sensação e a percepção passam a ser considerados como uma etapa inicial que culminará no conhecimento.

A partir de Kant (1724-1804), com a *Crítica da Razão Pura* (1787), a questão do conhecimento ganha uma nova configuração, uma vez que sua crítica propõe a superação da dicotomia entre o racionalismo e o empirismo. Ele vai unir a intuição sensível (empirismo) e as categorias do entendimento (racionalismo), considerando que o conhecimento começa com a sensibilidade e finda no entendimento. Conhecer seria apreender mediante a sensibilidade e organizar os dados sensíveis por intermédio do entendimento.

A fonte da indagação deixa de ser o assombro e o homem em sua razão é o ponto de partida e de chegada do perguntar. Essa é a face da Modernidade: “*o perguntar acontece como ciência e tem a forma da interrogação: é o sujeito produtor do conhecimento quem inicia e comanda a forma e direção do perguntar*” (Gómez, 1995, p. 260).

O homem moderno é aquele que indaga, questiona, experimenta, procedimentos próprios da ciência tida como o único meio que poderia relacionar o indivíduo com o mundo. A ciência moderna se reveste como ente legítimo exclusivo para a busca da verdade, como caminho isolado de fuga da dúvida e da ignorância.

Embora a ciência não carregue mais o *status* de ser a única fonte do conhecimento verdadeiro, capaz, inclusive, de formular “verdades absolutas”, noção que foi largamente criticada por Bachelard, Popper e Kuhn, os saberes nela produzidos não cessaram de crescer e se acumular. O emaranhado de informações que se formou apresentou-se como um campo desordenado, merecedor de estudo e sistematização.

Na atualidade, a informação científica assume papel de grande relevância social, uma vez que os avanços da ciência se convertem em soluções para nosso cotidiano e estão presentes desde o setor produtivo até nossas atividades mais corriqueiras e particulares. Por essa razão é que a informação consiste, hoje, em objeto de estudo de uma ciência própria, a Ciência da Informação, nascida da necessidade de sistematizar uma grande demanda de informações de cunho científico e que expandiu seu objeto de estudo para a informação em si e em todos os seus processos de produção, armazenamento, transferência e significação.

Com a formação de uma comunidade mundial, emblema do fenômeno da globalização, ampliam-se as possibilidades de comunicação, bem como um novo impulso é dado ao trato da informação no que tange à sua produção, armazenamento, distribuição e utilização.

A informação assume na sociedade contemporânea grande importância, movimentando os mais diversos setores sociais, situando o homem na sua história e referenciando o seu destino.

Contudo, a valorização da informação e do conhecimento, bem como da relação entre ambos, não é uma fase inaugurada por nossa época, muito embora tenhamos hoje um reconhecimento mais manifesto, consciente e amplo da sua relevância. A necessidade de conhecer e de se informar remonta a tempos passados e a forma como conhecemos a realidade vem sendo, como vimos, suscitada desde os filósofos gregos.

Importa para nós não apenas tratar da mencionada relação entre informação e conhecimento, o que intentamos realizar mais adiante, mas também da relação entre este conhecimento e o comportamento, ou seja, de como o conhecimento da realidade modela nossa ação, influencia nossa postura diante do mundo: "*uma das mais significativas conseqüências do saber é a escolha entre alternativas de comportamento*" (De Fleur e Ball-Rokeach, 1993, p. 259).

Numa sociedade marcada pelo uso cada vez mais crescente da informação, temos seu emprego nos campos mais diversos, com distintas abordagens e conceitos que variam de acordo com a área de conhecimento que a utiliza, a partir de um referencial teórico dado.

## **Conceito de Informação**

A informação tem um papel preponderante desde a Antigüidade, quando o sistema político existente prestigiava a palavra, o saber e a comunicação. O uso eloqüente da palavra tinha excelência entre os gregos que, para administrar a polis, vivenciaram uma experiência baseada na argumentação e no convencimento como requisito para o exercício da cidadania e da prática da política. Arendt, citada por Martinez (1997, p. 18), bem descreve esse período e a superioridade do discurso:

*“O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência [...] A definição aristotélica do homem como zoon politikon não era apenas alheia e até mesmo oposta à associação natural da vida no lar; para entendê-la inteiramente precisamos acrescentar-lhe a sua segunda e famosa definição do homem como zoon logon ekhon (<um ser vivo e dotado de fala>) [...] todos os que viviam fora da polis – escravos e bárbaros – eram aneu logou, destituídos, naturalmente, não da faculdade de falar, mas de um modo de vida no qual o discurso e somente o discurso tinha sentido e no qual a preocupação central de todos os cidadãos era discorrer uns contra os outros”.*

Embora a informação tenha adquirido, com o decurso do tempo, uma importância e uso cada vez maior, é a partir da Idade Moderna (1453-1789) que registramos um seu uso mais amplo, período em que, no seu início, surgem os recursos da imprensa, ampliando, com a tipografia, suas possibilidades de registro e proliferação.

Dada a produção e transmissão da informação, agora em larga escala, bem como os seus vários usos e probabilidades de compreensão, impõe-se o estudo de seu conceito e dos processos em que está implicada. Numa abordagem atual, ampla e generalizada, a informação consiste tanto na matéria-prima quanto no produto do processo de produção do conhecimento. Informação e conhecimento, portanto, possuem uma relação recíproca em que são, simultaneamente, elemento bruto, formador e conseqüência um do outro.

Até ser inscrito sob tal ótica, o conceito de informação percorreu uma trajetória em que estiveram presentes distintas abordagens e variadas visões de entendimento. Essa noção que associa a informação ao conhecimento está ligada a uma concepção mais recente do fenômeno informacional, relacionando-o com a cognição e a comunicação humanas.

Dentre os vários significados atribuídos à informação, será neste sentido que a tomaremos para nosso trabalho. Nos apoiaremos nesta noção que faz referência à produção de conhecimento, conhecimento que *"só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal e coloca o indivíduo em um estágio melhor de convivência consigo e dentro do mundo em que sua história individual se desenrola"* (Barreto, 1999<sup>2</sup>).

A relação da informação com o conhecimento se realiza quando há um seu uso efetivo, capaz de produzir saberes. Para tanto, segundo Barreto (1999), faz-se necessário que o receptor de uma informação dada *"tenha condições de elaborar este insumo recebido, transformando-o em conhecimento esclarecedor e libertador, em benefício próprio e da sociedade onde vive"*.

Neste sentido, nos amparamos no conceito de informação como *"prática social de um sujeito cognitivo-social que desenvolve ações de atribuição e comunicação de sentido que, por sua vez, podem provocar transformações nas estruturas (tanto individuais, como sociais), pois geram novos estados de conhecimento"* (Araújo, 1998, p. 33).

Os elementos presentes no conceito adotado nos permite fazer algumas considerações: a informação é tida como uma prática, uma construção que se desenvolve num contexto social; o sujeito dessa prática é cognitivo (produz conhecimento) e social (está inserido numa determinada realidade social e, conseqüentemente, é influenciado por esta realidade); a ênfase está no sujeito, na atribuição de sentidos e na capacidade transformadora da informação. Assim delineado tal conceito, admite-se que o processo informacional é inacabado, constantemente reconstruído pelo sujeito do conhecimento.

## **Informação, Conhecimento e Atitude: Relações Possíveis a Partir do Conceito de Transferência**

É nesse contexto que pode se construir a relação entre informação, conhecimento e ação. Nem toda informação é conhecimento, nem todo conhecimento leva a uma ação. Para que tal processo se efetive, tem-se que levar em conta o receptor, o sujeito que, na ação comunicativa, tem acesso à informação, podendo ou não desencadear as transformações possíveis.

Contudo, antes de pretender uma reflexão sobre a capacidade cognitiva do sujeito-receptor, é no aspecto do acesso à informação a que vamos nos deter neste momento. Melhor dizendo, trataremos do processo de transferência da informação, como operação necessária e que precede seu próprio acesso e donde podem advir a produção do conhecimento e suas possíveis manifestações práticas.

Mais uma vez apoiados em Araújo, faremos remissão ao conceito que utiliza para a compreensão de tal processo: *"a transferência de informação ocorre quando as informações transmitidas promovem a efetiva tradução do conhecimento em ação, incorporando-as ao mundo do usuário"* (Araújo, 1998, p. 118). Tal conceito tem

---

<sup>2</sup> BARRETO, Aldo de Albuquerque. A Questão da Informação [documento eletrônico].

inspiração no modelo participativo desenvolvido pelo Pedagogo Paulo Freire, cujas bases se assentam no equilíbrio entre o sujeito-emissor de uma mensagem e seu receptor, ressaltando-se o papel deste como de essencial importância no processo comunicativo.

Deste modo, *"a transferência de informação só é considerada completa a partir do momento em que o receptor-usuário da informação compreende a mensagem, transformando-a e utilizando-a em suas situações existenciais concretas"* (Araújo, 1988, p. 124). Ou seja, a informação é traduzida em conhecimento, quando de sua assimilação e incorporação ao mundo do receptor, e aquele, por sua vez, converte-se em ação.

Contudo, a esse respeito, queremos formular a seguinte questão: até que ponto o processo de transferência de informação precisa culminar numa ação para se efetivar?

Colocamos tal questão em razão de, num rápido exame, nos parecer que tal processo poderia se realizar com a tradução da informação em conhecimento, ou seja, com a alteração do estado de conhecimento do receptor, sem que seja essencial uma conversão deste conhecimento em ação.

Numa relação entre informação e conhecimento esta poderia dar-se por satisfeita com a incorporação daquele dado transmitido ao estado de conhecimento do receptor, através da atribuição de sentidos e significações à mensagem recebida. Nesse passo, um indivíduo pode alterar seu estado de conhecimento sem, contudo, desencadear uma ação concreta para sentir modificada sua posição no mundo e sua condição de discernimento. Valer-se do que conheceu, variando sua postura diante da realidade, seria um momento posterior ao da propriamente dita alteração de saberes. Nesse passo, entendemos que a transferência de informação se satisfaz e efetiva com a compreensão e incorporação do conteúdo da mensagem pelo receptor, enquanto que a realização de uma ação concreta está noutro universo, no âmbito dos efeitos de dita transferência, que tanto pode significar uma alteração de comportamento, surtindo um efeito transformador, quanto não, conservando inalterada a prática cotidiana do indivíduo.

A conversão do conhecimento em atitude remete à uma outra relação, como, por exemplo, a relação entre informação e cidadania. Nesse caso, entendemos que não somente ocorreu a transferência da informação, como também a transformação de estruturas e alteração de posturas diante do mundo.

### **Informação: Estoque ou Transmissão?**

De qualquer modo, algo é inafastável no que diz respeito à informação. Temos como ponto pacífico que a informação, como elemento isolado de uma contextualização e significação, bem como um elemento estanque, afastado de sua disseminação, nada representa senão um estoque informacional, uma massa potencial de conhecimento.

Como bem acentua Barreto (1999), a informação em condição estática, não produz por si só qualquer conhecimento:

*"As estruturas significantes armazenadas em bases de dados, bibliotecas, arquivos ou museus possuem a competência para produzir conhecimento, mas que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor (...); para intervir na vida social, gerando conhecimento que*

*promove o desenvolvimento, a informação necessita ser transmitida e aceita como tal".*

A informação, portanto, encontra sentido efetivo no seu caráter dinâmico, na idéia de movimento de mensagens, cujas significações vão ser sempre reelaboradas por cada sujeito da ação comunicativa, tantas vezes quanto essa ação seja promovida.

### **O Significado das Mensagens: Informação e Significado na Ciência da Informação**

Segundo Gómez (1999, p. 78), a informação, independente do conceito a ela empregado, não é um elemento autônomo. Ela se caracteriza como um operador de relação, isto é, *“designa uma operação de caráter relacional, que se constitui da primeira vez num processo de experiência e de vivência e só realiza um valor semântico através de processos seletivos e interpretativos”*.

É essa natureza relacional da informação que permite seja ela examinada *“como parte dos jogos culturais e sociais de produção de sentido, de seleção e de decisão”* (Gómez, 1999, p. 8).

A informação, portanto, recorre a referências em outras informações ou redes de informações para ganhar sentido e agregar valor. Sob essa forma é que informação e significado se relacionam. Mais que um dado ou registro, a informação sempre acontece num contexto relacional e atende a duas determinações: *“enquanto ‘informa’, ela remete a um universo de referências representacional ou discursivo; enquanto ‘informação’, ela se vincula a outras informações, co-produz universos de informação”* (Gómez, 1999, p. 79). É nesse processo relacional que a informação adquire significado, transforma-se em valor semântico ou conhecimento.

Os sinais e mensagens não encerram sentido em si próprios, mas apenas carregam um dado que terá significado depois de passar pelos *“processos cognitivos e comunicacionais de indivíduos, grupos coletivos de ação, em suas singularidades temporais e culturais”* (Gómez, 1994, p. 148).

Partindo da própria noção de informação, como *“prática social de um sujeito cognitivo-social que desenvolve ações de atribuição e comunicação de sentido...”* podemos ressaltar o valor e amparo conferido pela Ciência da Informação à questão do significado das mensagens (informação). Ao mencionar o processo de atribuição e comunicação de sentido, temos contemplado o ato de conferir significados à informação como requisito à sua própria validade e existência, uma vez que os dados ou registros, divorciados desse processo ou prática, não correspondem ao que consideramos informação.

Por esta via, noção de informação como prática cognitiva enseja a relação entre informação e significado. Essa prática também pode ser denominada de práticas de informação. Segundo Marteleto (1994, p. 134), práticas de informação são:

*“mecanismos de apropriação, rejeição, elaboração de significados e valores (...) numa sociedade (...) onde os sujeitos elaboram suas representações e executam suas práticas através de dispositivos informacionais reinterpretados a partir de suas experiências, onde estão presentes os antagonismos e a pluralidade”*.

Além desse aspecto da significância, as práticas informacionais também compreendem processos da ação comunicativa, sem os quais a apropriação, rejeição e

elaboração de significados não se realizariam. Tratam-se das “ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais ocorridos nas formações sociais” (Araújo, 1998, p. 26).

Nesse passo, contemplando os aspectos elaborados separadamente por Marteleto (1994) e Araújo (1998), propomos a fusão de seus elementos visando à formulação do conceito de práticas informacionais que iremos empregar em nosso trabalho. Práticas de informação, portanto, seriam as ações de recepção, geração e transferência de informação influenciadas por um processo de apropriação, rejeição e elaboração de significados, cuja efetivação parte de um sujeito que reinterpreta a informação a partir de suas experiências pessoais num determinado contexto social.

As significações da informação não se dão, nesse caso, tendo-se o elemento informacional como um dado estanque, isolado de contextualização, mas sim considerado em seu caráter dinâmico, de troca e movimento de mensagens em que as significações vão ser sempre reelaboradas por cada sujeito da ação comunicativa, tantas vezes quanto essa ação seja promovida. “As práticas informacionais, sendo sociais e simbólicas, como outras práticas humanas, supõem atos concretos, inesgotáveis de significação, para cada sujeito” (Marteleto, 1995, p. 21).

Assim, dado o seu caráter social, relacional e simbólico, a informação não pode ser tida como um elemento desvinculado de um contexto, ou, como demonstra Marteleto (1995, p. 21), “do contexto da ação em que ocorre”. Nesse aspecto, a informação é também situacional e adquire distintas conotações conforme a posição dos sujeitos envolvidos nos variados processos de comunicação. Segundo Morin (1986, p. 57), o problema da informação se estabelece dentro do “problema da interpretação pelo sistema de idéias que a integra, situa e rejeita”. Dessa forma, o sentido de uma mesma informação pode variar conforme esse sistema de pensamento. Com isso, as possibilidades de interpretação e significação são variadas e estas surgem de acordo com o sistema mental ou ideológico que situa a informação e lhe dá sentido.

### **Práticas de Informação e Dimensões de sua Realização: Em Busca de um Conceito de Espaço Informacional**

Situando as práticas informacionais como ações que congregam tanto o movimento de mensagens quanto processos de significação, um outro elemento se afigura como relevante no estudo da informação. Trata-se de sua dimensão de realização ou campos de ocorrência. Uma vez concebida a informação enquanto uma prática que prevê movimento e atribuição de sentidos, necessário se faz destacar o lugar em que tais práticas ocorrem ou se realizam.

Na tentativa de descrever esse campo em que a informação se desloca e ganha valor semântico, convém trazer à luz a expressão formulada por Marteleto (1995, p. 12), que encerra seu significado intrínseco sob a forma do que se denomina de “espaço informacional”. Espaço informacional, portanto, seria a dimensão sociocultural de realização e expressão em que se desenvolvem as práticas de informação, bem como a possibilidade de ampliação e renovação dessas práticas.

Do conceito de práticas e espaço de informação<sup>3</sup>, podemos destacar vários campos de atuação da ação comunicativa, entendida aqui como prática informacional. O campo pedagógico é tido como um desses espaços, assim caracterizado em razão de suas práticas de ensino e aprendizagem. Do mesmo modo, temos o campo da

---

<sup>3</sup> As expressões “espaço informacional” e “espaço de informação”, têm, para os fins deste trabalho o mesmo significado.

comunicação, mais especificamente da imprensa que, na sua prática de apreender a realidade e de comunicar os fatos, desenvolve práticas informacionais específicas. Nesse passo, a caracterização dos meios de comunicação social, mais especificamente a mídia impressa (jornal), como espaços de informação compreende a relação das práticas dos media com as práticas informacionais já descritas.

Como cenário de práticas de informação, a imprensa maneja e articula mensagens, obedecendo a princípios que orientam sua função de comunicar, transferir e disseminar conteúdos (discursos). Nesse sentido, trazemos a lume a seguinte questão: o conteúdo transmitido/comunicado pela mídia é nela produzido ou se origina de outras instâncias, cabendo aos meios de comunicação apenas realizar seus recortes, rearranjos e recontextualizações? A imprensa é um aparelho de produção ou de transmissão dos saberes sociais?

Num primeiro momento, uma evidência logo se impõe à nossa reflexão, no sentido de que a imprensa trabalha com fatos, com o registro do cotidiano, com a apreensão do real aparente. Nesse aspecto, o conteúdo comunicado pela mídia seria produzido na esfera social, no universo dos acontecimentos, cabendo a ela realizar seus recortes, adaptações e contextualizações.

Se não estamos autorizados a afirmar que os conteúdos veiculados pela imprensa são nela produzidos ou construídos, podemos pelo menos admitir com alguma segurança que dita informação é ao menos lá ressignificada. Isto é, passando por uma série de filtros, os fatos sofrem uma ressignificação desde o momento de sua apreensão até sua reconstituição nos relatos jornalísticos. O mundo que nos é trazido é "editado", ou seja, antes de ser veiculado pelos meios ele passa por processos de escolha, seleções, destaques, ocultamentos:

*"Editar é, portanto, construir uma realidade outra, a partir de supressões ou acréscimos em um acontecimento. Ou, muitas vezes, apenas pelo destaque de uma parte do fato em detrimento de outra. Editar é reconfigurar alguma coisa, dando-lhe novo significado, atendendo a determinado interesse, buscando um determinado objetivo, fazendo valer um determinado ponto de vista" (Baccega, 1995)<sup>4</sup> (grifo nosso).*

Christa Berger (1996), em artigo intitulado "Em Torno do Discurso Jornalístico", diz que o discurso da imprensa, ao 'textualizar' a realidade, revela-se como elemento revelador/ plasmador da sociedade contemporânea. A compreensão do discurso jornalístico passa pela linguagem, no seu poder de constituir e não apenas de descrever o que é por ela representado. Esta perspectiva reconhece "*a notícia como processo de construção de um acontecimento pela linguagem*" (Berger, 1996, p. 188).

É nesse sentido que, ainda amparados em Berger, concebemos a atividade jornalística como um processo de atribuição de sentidos, de codificação e reconstituição do real. O jornalista articula sentidos e media interesses sociais através de sua enunciação.

A notícia é fruto de um complexo processo de elaboração e as condições de produção do discurso jornalístico marcam as relações entre o jornal e seus leitores. Nesse sentido, é portanto a informação uma das bases do conhecimento que constrói os significados como representações subjetivas da realidade. Assim, temos que as práticas de comunicação na imprensa são práticas informacionais.

---

<sup>4</sup> BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação e Mediações [documento eletrônico].

Como foco irradiador de informação, a mídia desempenha grande influência sobre o que deve ser sabido e o que deve ser ocultado, do mesmo modo que os detentores do conhecimento original. Nesta orientação, acentua Barreto que "*o produtor de informação tem condições de manipular a disponibilidade e o acesso à informação*" e conclui, "*quem detém a propriedade dos estoques de informação determina sua distribuição, condiciona, potencialmente, a produção do conhecimento*" (Barreto, 1999). Po estes termos, a atividade da imprensa está ligada à potencial tradução da mensagem em conhecimento.

## **O significado das mensagens**

Aqui percebemos um certo manejo da informação e das suas interpretações possíveis, isto é, de como o detentor e distribuidor da informação pode orientar ou induzir sobre o que o indivíduo deve inferir: "*os produtores de informação não podem dizer ao indivíduo o que pensar, mas podem induzir sobre o que pensar*" (Barreto, 1999).

Embora não domine o universo dos efeitos de uma dada informação ou conteúdo, o que implica em outros elementos de interação, o aparelho disseminador de mensagens estabelece uma estrutura informacional, donde resultam interpretações preferenciais, induzidas pela forma como a informação foi editada.

Não estamos aqui negando a capacidade de atribuição de sentidos do destinatário, que é um ator importante no cenário de transferência de conteúdos por nele se completar o processo comunicativo, com a significação e assimilação da mensagem. Apenas intentamos relacionar esse processo comunicativo com uma negociação, onde as partes envolvidas agem como sujeitos ativos dispostos a atender determinados propósitos.

O propósito do emissor é disseminar ou transmitir uma informação precisa e não outra qualquer, a fim de que atinja uma destinação e não outras sem qualquer controle ou critério. O propósito do destinatário é conhecer, seja para instrumentalizar uma situação concreta, seja para ampliar seu estoque de conhecimento pessoal.

Embora os propósitos estejam bem definidos, a ação comunicativa não se realiza de maneira linear. Existem conflitos, filtros, hierarquias, dissipações e intencionalidades em todas as etapas de seu processo. Para comunicar, o produtor de mensagens tem que considerar alguns condicionantes, limitações contextuais e cognitivas da distribuição e transferência da informação. Do mesmo modo, o destinatário, que não pode indiscriminadamente impor o sentido que lhe aprouver a uma dada mensagem ou conteúdo, sem que observe certos critérios e limites.

## **"Interpretação e Superinterpretação"**

Os limites da interpretação, e aqui falaremos da interpretação textual, foram objeto de estudo do catedrático Umberto Eco, que reuniu na obra "*Interpretação e Superinterpretação*" textos de conferências realizadas sobre o tema, em que trata das "*formas de limitar o alcance de interpretações admissíveis e, por conseguinte, de identificar certas leituras como 'superinterpretações'*" (Eco, 1997, p. 9).

Segundo Eco, não se pode antecipar ou determinar uma interpretação correta para um texto específico, mas pode-se perceber, com critérios de coerência e relevância,

além de aspectos contextuais, com seu pano de fundo cultural e lingüístico, que existem limitações ao leitor no seu ato de interpretar, ressaltando a importância do texto como "*um parâmetro a ser utilizado com a finalidade de validar a interpretação*" (Eco, 1997, p. 75).

O funcionamento do texto passa pela reflexão sobre seus vários aspectos e pela conclusão de se saber quais deles são ou podem ser relevantes ou pertinentes para uma interpretação coerente. Ou seja, as interpretações possíveis possuem seus graus de aceitabilidade, seus critérios de pertinência e relevância.

Sua teoria é mais voltada para o texto e menos para o leitor ou para o autor. Mas considera com simpatia as teorias voltadas para o leitor, exemplificando a hipótese em que o texto é produzido para uma comunidade de leitores e não para um único destinatário. Segundo Eco (1997, p. 79), "*o/a autor/a sabe que será interpretado/a não segundo suas intenções, mas de acordo com uma complexa estratégia de interações que também envolve leitores, ao lado de sua competência na linguagem enquanto tesouro social*".

Por outras palavras, o que Eco defende é que o texto dá uma ampla margem de interpretação ao leitor, mas que possui limites. O significado não é, sob a sua ótica, uma criação livre do leitor, o texto é que autoriza, pela forma como foi construído, interpretações diversas, o que não quer dizer que o leitor atribua ao texto o sentido que queira. Sua compreensão se atrela à idéia de que um texto pode ter vários sentidos, mas não qualquer sentido: "*um texto continua sendo um parâmetro para suas interpretações aceitáveis*" (p. 166).

## **A influência do texto**

Nesse passo, os sentidos presentes num texto podem não se conservar ou ser interpretados de maneiras distintas. Contudo, mesmo sofrendo adaptações e modificações, devem preservar coerência com o que está escrito e com o contexto de sua produção. Isso pode conferir ao texto uma certa segurança de como pode ser coerentemente interpretado e o que extrapola essa coerência, ou seja, o que supera os limites de inferência estabelecidos pelo escrito, que é tido como 'superinterpretação'.

Uma interpretação preferencial, então, pode ser buscada no ato da produção do texto, quando confeccionado com habilidade lingüística e textual. Embora o universo dos efeitos de uma informação no processo comunicativo seja de grande relevo, queremos destacar um momento anterior ao da recepção e suas conseqüências: o momento da produção e distribuição de mensagens (conteúdos) mediante o exame dos seus efeitos potenciais e das causas indutivas de transmissão e interpretação de significados.

## **O Texto Jornalístico**

Nesse cenário é que resgatamos a figura do jornal, como um espaço de práticas informacionais que ilustra a produção de textos (mensagens) com certa estrutura que pode levar a uma interpretação preferencial sobre dado conceito, significado ou valor.

A imprensa, com o uso de recursos como estilo, frequência, destaque, imagens e sons pode seduzir nossos sentidos e induzir nossa apreensão da realidade: "*enquanto a*

*imagem e a música nos sensibilizam, a palavra e a escrita (textos, legendas) orientam a decodificação, racionalizam o processo”* (Moran, 1994, p. 235).

O manejo desses recursos funcionam como estratégias de indução, sugerindo-nos um comportamento determinado em razão dos significados que reorientam: *"ao colocar pedaços de imagens ou cenas juntas, em seqüência, criam-se novas relações, novos significados, que antes não existiam e que passam a ser considerados aceitáveis, 'naturais', 'normais'"* (Moran, 1994, p. 236).

Segundo Moran (1994), inúmeras formas há de se promover as recontextualizações de sentidos, valores e mensagens: a) a formulação de textos com intenção de generalização de situações concretas (particulares), convertendo-as em situação padrão, o que gera preconceito e banalização em relação a um certo evento; b) a construção de uma lógica aparente de que há uma conexão entre mostrar e demonstrar, ou seja, mostrar significa provar, comprovar; c) o uso do silêncio ou do ocultamento como manifestação do que não aconteceu, como se *"o que não se vê perde a existência"* (Moran, 1994, p. 236); e, dentre outras, d) a prática do reducionismo através da lógica proposicional, em que se estabelece a visão dualista da realidade como a única leitura possível, levando o indivíduo a optar entre duas alternativas extremistas, sem, contudo, qualificá-las ou buscar outras posturas possíveis.

Poderíamos aqui relacionar uma infinidade de movimentos da imprensa na direção da sedução e da adesão do público a certos valores e significados sociais. Isso pode demandar no seu público uma conduta de apatia, de acomodação, de apoio, de indignação, de revolta ou de transformação, dependendo do teor de suas mensagens e do propósito perseguido - do mesmo modo que da assimilação do leitor ao que foi veiculado.

Dessa forma, a informação, como elemento do conhecimento, tem nos meios de comunicação um espaço de construção, recortes e contextualizações. Como mediadora da realidade, a imprensa dissemina discursos e reformula conceitos, atuando no contexto formador - juntamente com outras instâncias de informação - e de preparo do indivíduo na sua relação com o real e o social.

As mediações é que nos faz conhecer o mundo, é que nos traz a 'realidade' em recortes sucintos com aparência de totalidade. Na lição de Baccega<sup>5</sup>, o mundo conhecido *"é aquele trazido até o horizonte de nossa percepção, até o universo de nosso conhecimento. Afinal, não podemos estar 'vendo' todos os acontecimentos, em todos os lugares. É preciso que 'alguém' os relate para nós"*.

No seu entendimento, o mundo que nos é trazido é "editado", ou seja, antes de ser veiculado pelos meios ele passa por processos de escolha, seleções, destaques, ocultamentos.

*"Editar é, portanto, construir uma realidade outra, a partir de supressões ou acréscimos em um acontecimento. Ou, muitas vezes, apenas pelo destaque de uma parte do fato em detrimento de outra. Editar é reconfigurar alguma coisa, dando-lhe novo significado, atendendo a determinado interesse, buscando um determinado objetivo, fazendo valer um determinado ponto de vista" (Baccega, 1995)<sup>6</sup>.*

A mediação, contudo, tem seus níveis. O processo de comunicação não se completa apenas com a emissão da mensagem, mas sim quando esta mensagem é lida,

---

<sup>5</sup> BACCEGA, op. cit.

<sup>6</sup> BACCEGA, op. cit.

escutada ou vista. No entanto, aqui destacamos o nível de mediação em que se situa a própria imprensa, onde a mídia colabora para a instituição de nossa identidade como indivíduos/sujeitos.

Sendo a informação subsídio para a tomada de decisões e a formação de juízos, os meios de comunicação desempenham um importante papel na formação de mentalidades e nos hábitos culturais da sociedade. Nesse sentido, a informação que é transmitida cheia de sentidos e significados deve receber um tratamento cauteloso, criterioso e crítico.

*"Como mediadores e transportadores devemos ter cautelas. O material que buscamos nas fontes e entregamos àqueles que dele carecem é frágil, extremamente sensível, pode sofrer alterações substanciais em nossas mãos e que mudarão o seu teor. Uma frase indevidamente dramatizada pode ter o seu sentido subvertido. Uma informação sem um mínimo de contextualização converte-se em outra informação, às vezes conflitante. A pressa em sermos os primeiros subverte nossa obrigação de buscar e investigar. A ansiedade em encontrar culpados nos leva a emitir pré-julgamentos e incorrer em pré-juízos"* (Dines, 1999).

É congregando a imprensa como mediadora da realidade e seu poder de atribuir e transmitir significados através da veiculação de informações que possuam um caráter transformador ou de acomodação é que recolhemos o argumento central de nosso trabalho: a importância da informação para a compreensão da realidade e os potenciais poderes e perigos dos entes de mediação e proliferação dessa informação, dentre os quais tomamos a mídia. O manejo da informação por seus produtores, mediadores ou mero disseminadores contempla práticas comunicacionais ou informacionais que lhes atribuem sentido, lhes agregam um valor. Assumindo uma importância cada vez mais crescente em todos os setores sociais, inclusive o setor produtivo, os saberes passam a ser exigidos e desejados. Estar informado é um requisito da contemporaneidade, o que nos induz a pensar que, num primeiro momento, a informação é uma evidência positiva. As inúmeras relações entre informação/conhecimento e criticidade/ consciência apontam apenas para uma das conseqüências possíveis do acúmulo e incorporação dos saberes. Contudo, um efeito positivo não ocorre automaticamente. O uso da informação tão somente não possui o condão de transformar, de gerar estados de criticidade, progresso, consciência ou libertação. A informação pode ter um fim libertador ou dominador, pode visar ao progresso ou à estagnação sociais. Ainda que os fins se debrucem sobre um objetivo crítico e plural, para gerar tal efeito é preciso que haja a capacidade de criar, transformar, atribuir sentido e saber dar à informação uma destinação útil, de forma que atualize o estado de conhecimento do sujeito (mudança individual) e isto o faça atuar na esfera pública e política de sua realidade social (mudança social).

### ***Abstract***

*The present article comments on certain aspects of information as an element of recognised importance in contemporary society and reflects briefly on its concept, production and transference. It deals with the definition of informational practices and the fields in which they develop, characterising*

*the newspaper as an informational space and as a dimension of practices, interpretations and meanings.*

**Key word**

**INFORMATION**

**Referências**

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Transferência de informação como processo social: uma proposta de paradigma. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 117-127, 1997.

\_\_\_\_\_. A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de Organizações Não Governamentais/ONG's brasileiras. Brasília, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da informação**. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~aldoibct/quest.htm>> Acesso em 06 out.1999.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação e mediações. **Comunicação & Educação**, n. 4. set./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/Comunicacao/>> Acesso em 26 set.1999

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: IV REUNIÃO ANUAL DA COMPÓS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, Brasília, 1995. p. 188-193.

DINES, Alberto. TVs públicas: crítica, participação e mediação. **Observatório da Imprensa**, n. 74, set. 1999. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/observatorio>> Acesso em 25 set. 1999

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

De FLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

GÓMEZ, Maria Nélide G. de. Além do estado e do mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalização da informação. **Revista do Serviço Público**, v. 118, n. 3, set./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas? **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 19, n. 2, p. 257-268, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v. 1, n. 1, abr. 1999.

\_\_\_\_\_. Questões epistemológicas da ciência da informação e da biblioteconomia. In: SEMINÁRIO EPISTEMOLOGIA DE LA BIBLIOTECONOMIA, 1999.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **R. Esc. Biblioteconomia. UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2 p. 115-137, jul./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. **O cidadão de silício**. Marília: UNESP, 1997.

MORAN, José Manuel. Influência dos meios de comunicação no conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, p. 233-238, maio/ago. 1994.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 1978.